

A FORMAÇÃO DO ESTADO-NACIONAL ARGENTINO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Camila Imaculada S. Lima

Gabriel Parente Nogueira

RESUMO

No seguinte trabalho analisamos o processo de formação do Estado Nacional argentino após a independência do Vice-reino do Prata. Analisamos também o processo de crise da identidade nacional pela qual a Argentina passou na época de comemoração do centenário de sua independência. Ao longo da discussão trabalharemos também a questão do caudilhismo na região do Prata como um fenômeno que inviabilizou por alguns anos a consolidação de um Estado-nação.

Palavras-chave: Argentina – Estado Nacional – Identidade

INTRODUÇÃO

Neste trabalho desenvolveremos uma análise da História argentina, no período compreendido entre 1810 – ano em que inicia o processo de independência argentino – e 1910, ano da comemoração do Centenário da Independência. Um dos nossos objetivos é perceber o longo caminho percorrido pelo país para a sua formação enquanto Estado-Nação; para tal, traçaremos um breve plano sobre o processo de independência e a realidade local, no pós-independência, como forma de perceber a realidade sócio política da região do prata – no período inicial do estudo que vai da Independência até a consolidação das estruturas do Estado Nacional argentino na década de 1860. Discutiremos também questões como o caudilhismo, enquanto um fator que dificultou a formação de um Estado Nação neste período. O segundo grande objetivo é discutir acerca da crise de identidade nacional sofrida pela Argentina na época de comemoração do centenário de sua independência. Buscamos perceber essa crise enquanto um fruto das grandes influências externas pela qual o país passou a viver a partir da década de 1860, influencias estas que foram em muito decorrência processo de modernização pelo qual o país passou a viver a partir da consolidação de suas bases enquanto Estado-Nação. Daremos destaque à questão como a influência cultural francesa entre a elite nacional associada com o grande contingente de imigrantes que o país passou a receber como um dos pontos de motivação desta crise identitária. Assim como buscaremos perceber as medidas

tomadas pela elite do centenário como forma de tentar solucionar o problema da crise de identidade nacional.

O VICE REINO DO PRATA E SUA INDEPENDÊNCIA

Como forma de melhor compreender o processo de independência da Argentina, torna-se necessário conhecer um pouco de sua história colonial, como forma de buscar uma compreensão da realidade local no momento imediatamente anterior ao processo de independência, das motivações do movimento de independência e poder identificar o grupo sócio-político e econômico que estava à frente deste movimento.

Em 08 de Agosto de 1776, a coroa hispânica institui uma nova organização político-administrativo na região do Cone-sul, com a criação do Vice-Reino do Prata. A criação se deu como forma de reorganização das possessões hispano-americanas no período colonial tardio, época em que a América espanhola vivenciava um período de decadência dos antigos centros econômicos coloniais ligados à mineração; assim como a ascensão econômica de regiões que, ao longo de quase todo o período colonial, configuraram-se como zonas periféricas. O Vice-Reino do Prata enquadra-se nesta última situação. A região – que abrangia o que atualmente corresponde aos territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e norte do Chile – vivia, no final do século XVIII, um apogeu ligado à atividade comercial, tendo em Buenos Aires seu grande centro, pois sua localização, às margens do Prata, fizeram desta cidade um grande entreposto comercial entre Europa e a região das minas de Potosí, na atual Bolívia. A elite platense, ligada ao comércio, constituiu-se como um grupo de extrema relevância no movimento de emancipação política desta região.

Em 1810, inicia-se o movimento de independência que teve, como principais líderes, membros da elite comercial portenha. Uma das principais características deste grupo era o caráter de ilustração de grande parte de seus membros, dado ao fato de grande parte de seus integrantes serem formados em universidades locais ou européias. Nestes espaços, a elite platina entrou em contato com ideais iluministas e liberais, que nortearam a atuação deste grupo durante o processo de independência .

APÓS A INDEPENDÊNCIA, A INVIABILIDADE DE UM ESTADO-NAÇÃO

Como forma de entender o processo de formação do Estado Nacional argentino, torna-se necessário perceber como se dava o diálogo entre as forças políticas locais e os embates entre essas forças, que tornaram inviável a consolidação de um Estado Nacional argentino em um período imediato a sua independência. A Argentina, na época de sua Independência, não era uma região unificada; as elites criollas locais não compartilhavam dos mesmos interesses, nem dos mesmos ideais no que diz respeito a propostas de um Estado Nação. Interesses semelhantes entre alguns

criollos faziam com que a Argentina se encontrasse organizada em regiões, com economias e interesses diversos entre si. Sobre as regiões argentinas do período, Maria Ligia Prado diz que:

A atual Argentina (...) compreendia três regiões bem específicas; a primeira era a de Buenos Aires e sua província, rica fundamentalmente em função de suas verdejantes pastagens e, especialmente, de seu porto que monopolizava o movimento das exportações de toda a região. A segunda a do litoral dos rios, que se estendia às margens do Paraná (Santa Fé, Corrientes), tinha por aspiração livre navegação desses rios para escoar sua produção pecuária. A terceira, chamada do interior (Córdoba, La Rioja, Tucumán), compreendia os espaços que se dedicavam à agricultura de subsistência e ao artesanato .

. Após o processo de independência, as três regiões Argentinas uniram-se sob a denominação de Províncias Unidas do Prata, denominação que demonstra que, apesar de uma união prévia, as províncias mantinham sua autonomia. As elites locais passaram a discutir acerca da elaboração de um projeto de Estado Nação que viesse a unir politicamente as províncias platinas. Devido aos diferentes interesses defendidos pelas elites de cada região, tornou-se inviável a consolidação de um pacto entre as localidades, o que inviabilizou, neste período, a construção de um Estado Nacional argentino. Segundo Prado:

Os Setores de Buenos Aires tinham uma proposta liberal para a organização do Estado que se baseava na divisão em três poderes e no sistema representativo. A única possibilidade que entendiam ser viável consistia na centralização política, tendo como núcleo Buenos Aires. (...) A bandeira da federação levantou-se então contra Buenos Aires .

As discussões acerca de um projeto de Estado-Nação gerou dois projetos entre as elites locais. Buenos Aires passou a defender um modelo de Estado Liberal e centralizador, enquanto as demais províncias a proposta de um Estado conservador, estruturado sob bases federalistas. A centralização política em Buenos Aires era vista pelos chefes das outras regiões como uma ameaça aos seus interesses. Estes chefes passaram então a defender um projeto federalista que garantisse a autonomia das províncias. Os impasses em torno de dois projetos de Estado-Nação fizeram com que a Argentina viesse a se estruturar enquanto um Estado Nacional somente em 1862, ou seja, mais de cinquenta anos após sua independência, com a vitória do projeto liberal-centralizador.

ROSAS E O CAUDILHISMO

Um dos fatores que dificultaram a formação do Estado Nacional Argentino, foi a primazia dos interesses locais sobre os da União. Desde sua independência, até a estruturação do Estado Nacional, a Argentina se viu governada por chefes políticos locais conhecidos como caudilhos. As relações baseavam-se em aliança entre os líderes conhecidos como caudilhos que arregimentavam, em torno de sua figura, um séqüito que estabelecia com este uma relação de troca de favores baseada

na lealdade e na força. O caudilhismo configurou-se como uma teia de relações sócio-políticas que permeava toda a sociedade platina e era um reflexo da desagregação entre as forças políticas locais. Estas relações davam-se desde o âmbito mais local, quanto no âmbito provincial ou regional, Pandiá Calógeras, ao tratar acerca da situação política da região platina no pós-independência, afirma que:

O fermento separatista exercera sua ação, como fora lógico esperar, e, de alto a baixo, a desintegração do país se realizava com a seqüência imperturbável de uma força natural a agir. Cada província, quase cada cidade, obedecia a um tyrannete? local, que se mantinha pela violência e pelo terror. Raros excediam essa minguada bitola. Mansilla em Entre-Rios, e Rosas, da *campanha*⁴ buenairense, talvez fossem os únicos .

Rosas, um dos personagens citados por Calógeras, configurou-se como uma das figuras mais representativas do caudilhismo na região platina. Militar ligado ao processo de expansão das fronteiras, Rosas tornou-se um dos maiores latifundiários da província de Buenos Aires. Ele representava os interesses de uma elite provincial que ao longo de seu governo -1829 a 1852, tendo um intervalo ente 1832 e 1835 – viveu uma hegemonia conservadora que combatia os ideais liberais que haviam servido de base para o processo de independência da região. Como contraponto ao pensamento conservador-federalista, a elite intelectual portenha defendia uma política liberal-centralizadora que tivesse como centro a cidade de Buenos Aires. Rosas configurava-se dentro destas disputas como o representante do ideal conservador-federalista, nessa província. Apesar da fragmentação do poder entre os chefes provinciais, nas relações internacionais Rosas representava os interesses das Províncias Unidas, também detinha o controle do porto de Buenos Aires, assim como sob o controle a navegação no Prata, O que fizeram com que o caudilho concentrasse grandes poderes em toda a região platina.

A vinculação de Rosas ao pensamento conservador, entretanto, não se dava por uma identificação ideológica do Caudilho de Buenos Aires com os ideais políticos conservadores, mas por interesse econômicos. Algo que denota esta identificação mais econômica que ideológica é o fato de que, mesmo defendendo o federalismo, Rosas, através de guerras com outras províncias e políticas econômicas, mantinha-se quase como um presidente das Províncias Unidas do Prata. O seu autoritarismo e sua política econômica conservadora, fizeram com que Rosas passasse a ter como seus opositores um grupo bastante heterogêneo que incluía, desde liberais e caudilhos de outras províncias a países como Brasil e Inglaterra que viam na figura do caudilho portenho uma ameaça a seus interesses políticos e econômicos.

Dentre os opositores de Rosas, destaca-se a figura do liberal Domingos Faustino Sarmiento, que escreveu o livro *Facundo: Civilização e Barbárie*, publicado em 1845. Nesta obra, Sarmiento se utiliza da figura de Facundo, um caudilho de La Rioja, assassinado em 1835, como forma de desenvolver uma crítica ao caudilhismo e a Rosas, o principal expoente local desse sistema sócio-

político. No início de sua obra, Sarmiento caracteriza bem seu intento no seguinte trecho: “Espectro terrível de Facundo, vou evocar-te para que, sacudindo o ensangüentado pó que cobre tuas cinzas, te levantes para explicar-nos a vida secreta e as convulsões internas que dilaceram as entranhas de um nobre povo! Tu possuis o segredo, revela-nos!”⁵. Sarmiento caracteriza o caudilhismo, sistema que perpassava toda a América Latina, como barbárie, que se configurava como a antítese de civilização que era representada pelo ideal liberal defendido pelo autor. Este elabora uma dicotomia entre o mundo “bárbaro” do campo no qual se centravam os interesses conservadores e o mundo “civilizado” das cidades, onde se concentravam os ideais liberais. Para Sarmiento a saída para que as Províncias Unidas estabilizarem sua situação política e atingir a tão desejada civilização, seria a adoção e uma proposta liberal de organização político-econômica.

A QUEDA DE ROSAS E A ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Em 1852, o governador da província de Entre Rios, General Urquiza, com o apoio dos unitarista e os governos de Brasil e Montevidéu, derrotou Rosas na batalha de Caseros. Com a deposição de Rosas, busca-se um acordo entre as elites das Províncias Unidas do Prata, com a formulação de uma constituição que viesse a atender ideais Federalistas e Unitaristas. Sobre a Constituição de 1853 Prado diz que:

A Argentina pela letra da lei era um Estado liberal, republicano e federal. Declarava que os rios interiores tinham livre navegação, resolvendo o velho problema das províncias do litoral. O Poder Executivo era forte e as eleições eram indiretas, pois traduziam o temor dos liberais diante desses que sempre haviam apoiado os caudilhos, especialmente Rosas. A Constituição de 1853, garantia a Constituição de um Estado Liberal, Republicano e Federal, no qual era garantida a livre navegação dos Rios, resolvendo o problema das províncias litorâneas; assim como instituíam um Poder Executivo forte como uma reflexo de combate aos poderes locais⁶.

Podemos observar, a partir das características da Constituição argentina de 1853, que um de seus principais objetivos era a organização de um Estado forte que viesse a combater os poderes locais buscando, desta forma, garantir uma unidade nacional que até então se mostrava quase inexistente. O Fim dos Impasses, entretanto, não termina com a promulgação da constituição de 1853, isto só se dá em 1860, quando Buenos Aires aceitou esta constituição e Bartolomé Mitre é eleito Presidente da Republica Unida da Argentina que, a partir de então, consolida a estrutura de Estado-Nação, através da legitimação de um representante de todo o país, assim como a promulgação de uma constituição que passa a ser aceita por todas as províncias. Estas medidas propiciaram a criação de um Estado – que deveria criar bases de legitimação de sua representatividade – porém, não de uma nação. Podemos observar o longo caminho percorrido pela Argentina para sua construção enquanto um Estado Nacional. Sabemos também que esse processo encontra-se desvinculado do processo de construção de identidades nacionais. As elites argentinas,

no processo de independência, criaram a identidade nacional de uma Argentina branca, criolla, que negava o índio, o mestiço. Esta identidade, entretanto, era compartilhada somente por esta mesma elite. Criara-se a Argentina, não o argentino, enquanto uma identidade que agregasse todos os setores da comunidade local, no compartilhamento de símbolos e sentimentos.

UM PROJETO MODERNIZADOR PARA A ARGENTINA

A partir da década de 1860, o projeto político liberal é colocado em prática como forma de atingir a propagação da civilização. As metas do governo neste período visavam três objetivos: promover a Unidade Nacional, buscando desenvolver na sociedade uma consciência de nação, não mais de região; desenvolvimento das instituições liberais e promoção da modernização do país.

Após a pacificação e estruturação do Estado Nacional, a elite política argentina buscou direcionar sua atuação no desenvolvimento de medidas que viessem propiciar uma maior integração nacional, que favorecesse ao desenvolvimento econômico do país. O período que vai de 1880 a 1914, configura-se como de extraordinário crescimento econômico para a Argentina. Na década de 1870, ocorreu a necessidade de estender as fronteiras econômicas, pois com o crescimento do rebanho de carneiros e de gado, tornava-se necessário uma expansão das áreas de pastagem. Além dos problemas de terra, as incursões indígenas nos centros de desenvolvimento econômico configuravam-se como mais um empecilho ao desenvolvimento econômico. Eis como o Coronel Manuel Pardo, descreve essas incursões: “os povoados ardiam, como se o fogo dos céus houvesse descido sobre eles, os campos cultivados eram arrasados (...) acompanhando as trilhas das fazendas invadidas (...) e nesse meio tempo ouvíamos os boatos (...) de homens que tiveram as gargantas cortadas e de mulheres e crianças que foram levadas em cativo⁷ (...)”. Assim, a conhecida Conquista do Deserto procurou, além de ampliar a fronteira econômica, acabar com os levantes indígenas, como se percebe nas palavras do presidente Avellaneda: “a questão fronteiriça é a mais importante de todas (...) é o princípio e o fim (...) para nos livramos dos índios, e a fronteira significa (...) povoar o deserto”⁸. Esta campanha militar foi possível devido a um crescimento anterior da atividade econômica, se observarmos que dois componentes importantes nesta conquista foram: a estrada de ferro permitindo condições de alcance, mais rápido, à antiga fronteira, e o telégrafo, ajudando na condução da campanha indígena de 1879-1880 comandada pelo General Julio A. Roca, que pôs fim ao longo “problema” dos levantes indígenas.

A vitória do General Roca na luta de 1880 foi seguida da formação do Partido Autonomista Nacional (PAN), a primeira organização argentina de âmbito nacional tornando-se presidente no mesmo ano. Esta estabilidade política baseava-se em uma supremacia de reconhecimento amplo do Executivo nacional. Osvaldo Magnasco, membro do partido oficial, definiu nos seguintes termos a intervenção federal: “As intervenções federais neste país, senhores, têm sido determinadas invariavelmente tendo em vista um destes objetivos: suprimir uma certa influencia ou restabelecê-la,

instalar um governo local capaz de garantir a posição interna do Executivo, ou derrubar um governo local oposto ao governo central”⁹. No correspondente ao declínio do poder dos chefes provinciais e caudilhos, isto não significava extinguir os poderes destes nos distritos rurais ou áreas urbanas. Nas revoltas armadas, além dos militares, também participaram grandes contingentes civis, e para isto acontecer os vínculos de lealdade entre os líderes e seus seguidores tinham de ser fortes e os responsáveis pelo estreitamento destes vínculos eram os caudilhos, lealdade esta conquistada através de um sistema de favores recíprocos.

Como vimos, na década de 1870, houve uma expansão territorial, com a finalidade de conquistar novos pastos para os rebanhos de carneiro e gado, porém precisava-se povoar essas regiões que, posteriormente, desenvolveriam uma forte produção agrícola de currais e trigo. A escassez de potencial humano na Argentina foi um problema persistente durante todo o século XIX. Desde a década de 1820, surgira a idéia de adotar uma política de imigração e colonização que alcançou limitado sucesso antes de 1870, pois havia pouco interesse de fazendeiros e de líderes políticos como Rosas em incentivar projetos de colonização por estrangeiros. Nos primeiros anos da confederação, foram feitas tentativas mais felizes de estimular a imigração. Entre os anos de 1870 e 1914, aportaram na Argentina quase seis milhões de imigrantes, a maioria deles espanhóis e italianos. O papel desempenhado pelos imigrantes na estrutura profissional foi muito importante, pois representavam mais da metade no setor industrial, do agrícola e do pecuário, não levando em consideração para tal cálculo, os filhos dos imigrantes pois, conforme a legislação vigente na época, eram considerados argentinos.

No setor rural desenvolveu-se um sistema de arrendamento de terras, pois produzia melhores retornos por ser em escala maior, além disso, é importante salientar que até o final do século XIX, foi relativamente fácil adquirir a posse das terras que trabalhavam gerando uma maior mobilidade social. Segundo o relatório anual de 1893 do cônsul inglês: “em 1891 e em 1892, os preços das terras estiveram excessivamente baixos em ouro: atualmente as terras estão mais caras, mas ainda são razoavelmente baratas”¹⁰. Porém uma mudança na escala das empresas agrícolas e introdução de maquinário mais moderno, além do aumento dos preços da terra, depois disto dificultou este processo.

Com o aumento das fronteiras e o desenvolvimento da atividade agrícola e pecuarista, o incentivo à construção de estradas de ferro na Argentina tornou-se fundamental, pensando tanto no lado econômico, como na própria unidade nacional. A expansão da malha ferroviária ligou os mercados do interior aos mercados urbanos do litoral e com isso constituiu-se um mercado nacional. Neste sentido o presidente Roca defendia o aumento da malha ferroviária, o que possibilitaria uma maior comunicação entre todo o território nacional, diminuindo assim o isolamento das zonas rurais.

Durante este período de desenvolvimento econômico (1880-1910), o sistema político que esteve vigente foi o do Partido Autonomista Nacional (PAN), tendo como figura mais importante o presidente e general Roca, que defendia o princípio de autoridade e da união nacional. Neste momento verifica-se a legitimação do Estado Nacional argentino como se pode observar no discurso de Roca, no qual o presidente diz que:

Em nossa breve e momentosa existência como nação percorremos (...) através da guerra civil, de tirania e desordem, uma enorme distancia, e hoje podemos visualizar o futuro sem as incertezas e ansiedades dos primeiros tempos.(...) Sem duvida, restam-nos (...) muitas conquistas a ganhar sobre nós mesmos, e que temos a propensão a estabelecer ideais elevados e exigir do governo, dos partidos políticos e da prática constitucional a última palavra em sabedoria política, que pressupõe um certo grau de perfeição (...).Mais do que sobre leis escritas, uma forma republicana de governo é fundamentada sobre hábitos e costumes públicos .

CRISE DA IDENTIDADE ARGENTINA

Como vimos, uma das medidas tomadas pelo governo argentino como forma de buscar desenvolver sua economia, foi o desenvolvimento de políticas de incentivo à imigração, dado à carência de mão-de-obra, política esta que fez com que a Argentina recebesse um grande contingente de imigrantes. Associado a essa questão, as elites locais se viram fortemente marcadas por uma influencia cultural européia, sobretudo francesa. Buscamos analisar como as influências dos imigrantes e da Europa influenciaram na identidade nacional argentina no período de 1870 até 1910, ano da comemoração do I Centenário da Independência argentina, época de grande desenvolvimento econômico, no qual buscava-se legitimar o Estado Nacional.

As mudanças sociais de usos e costumes, ocorridas na Argentina, no período estudado, não se deram somente devido à imigração, pois se analisarmos o processo de assimilação dos imigrantes, verificaremos sua rapidez e pacificidade, afinal, a maioria dos imigrantes eram italianos e espanhóis, o que fazia com que o perfil desses imigrantes não diferisse muito dos padrões lingüísticos e religiosos nacionais. Ademais, a legislação civil e a pratica diária eram extremamente liberais com estes recém-chegados. O ensino primário foi utilizado como forma de integração deste com os naturais da terra, desenvolvendo um sentimento nacionalista através do ensino da História da Argentina para os filhos de imigrantes, como para os próprios nativos.

Outro motivo para essas mudanças foi a súbita prosperidade resultante do grande desenvolvimento econômico. Houve um melhoramento das moradias populares, aumento da riqueza, no refinamento e na opulência dos edifícios públicos (os grandes prédios administrativos, os extensos parques com seus caros monumentos, as novas avenidas e os bondes). O pensamento científico que estava em voga, foi inserido pela sociedade argentina, expandindo o ensino

universitário e criando sociedades científicas e literárias. Os costumes e modos da Europa, principalmente da França, estavam vastamente difundido entre as elites locais. A forte influência européia, associada ao grande contingente de imigrantes contribuiu para o surgimento de uma crise de identidade argentina como bem observa o Francês Jules Huret que, ao observar a sociedade argentina passa a questionar: “Onde está o sangue espanhol, pode-se indagar. O que é um argentino?”¹²

Como podemos ver, no Centenário de Independência, a Argentina vivia uma grande crise identitária, influenciada não somente pelo grande contingente de imigrantes que o país havia recebido até então, mas também em decorrência de uma grande influência cultural européia, sobretudo francesa, traço marcante entre as elites platenses, o que fez com que paulatinamente, fosse sendo negada a identidade de uma Argentina criolla, criada na época da Independência. Sobre o processo de influência estrangeira e crise identitária Gerson G. Ledezma ressalta que:

O cosmopolitismo que pretendiam alcançar traduziu-se em rejeição ao *criollo* e, inclusive, à religião católica. A civilização, sinônimo de desenvolvimento ao estilo europeu, devia calcar os traços da raça branca em detrimento do indígena, do negro, do *criollo* e do popular. A busca do melhoramento da raça levou-os a incentivar a imigração, mas o que em princípio representou benefício, com o tempo tornou-se problema. Agora havia que lutar contra o cosmopolitismo ameaçador, contra a proliferação de greves e distúrbios, produtos das ideologias importadas juntamente com os imigrantes.¹³

O I Centenário da Independência nacional se dava em uma época de crise identitária, o que fez com que esta sociedade em crise buscasse resgatar seus antigos referenciais identitários negados ao longo do processo de modernização do país.

Até a época da passagem do século a classe dirigente argentina combatera tudo o que fosse hispânico, aí incluída a Igreja Católica, como responsável pelo atraso econômico e outros legados de caráter nocivo, o que fez que seu olhar atravessasse o Atlântico buscando na Europa industrial e cultural tudo o que se precisava para criar outra imagem do país. Já na época do Centenário, esta mesma classe preocupava-se agora em resgatar aquela herança colonial hispânica e *criolla* que havia rejeitado com tanto vigor.¹⁴

CONCLUSÃO

Longo foi o caminho percorrido pela Argentina para sua constituição enquanto um Estado-Nação. Após sua independência, o país teve de esperar por mais de cinquenta anos até consolidar a estrutura de um Estado-Nação. Ao longo desse período, o país se viu marcado por guerras civis, motivadas pelos choques de interesses entre chefes políticos locais e a disputa dentre

dois projetos de Estado antagônicos, um Liberal-centralista e outro Conservador-Federalista. A pacificação da região se deu com a vitória do ideal Liberal-centralista de Estado que, em sua estruturação, buscou agir de maneira a diminuir o poder de ação das forças políticas locais através da criação de um Poder Executivo forte e eleições indiretas. Após a estruturação do Estado-Nação, as forças políticas buscam, através de algumas medidas, modernizar o país. A construção de uma malha ferroviária – que buscava materializar, a integração entre as diversas regiões que até então encontravam-se desintegradas, sócio-economicamente – e o desenvolvimento do mundo urbano foram duas das principais medidas modernizadoras. Neste período, a Argentina passa a receber um grande contingente de imigrantes, assim como as elites passam a receber uma grande influência cultural francesa que os marcará fortemente. Estes dois pontos (grande contingente de imigrantes e grande influência cultural francesa sobre as elites) vieram a motivar uma crise de identidade nacional vivida pela Argentina, à época do Centenário de sua independência. As influências externas tinha feito com que as elites argentinas, “esquecem em um baú” a proposição identitária nacional, criada na época de sua Independência, (antes mesmo da formação do Estado Nação). As elites argentinas haviam criado, à época da independência, a idéia de uma Argentina branca, crioula que, entretanto, só era compartilhada por esta mesma elite, pois não reconhecia outros segmentos sociais como índios e mestiços. A influência cultural francesa fez com que o país buscasse negar valores como sua origem hispânica e a forte influência católica, considerados fatores de atraso. Ao se ver “invadida por uma grande contingente de imigrantes, sobretudo espanhóis e italianos, essa Argentina centenária via que era branca mas não necessariamente crioula. Na época do centenário, o referencial identitário nacional encontravam-se em uma grande crise. A crise estimulou algumas medidas como a buscar valores culturais na Espanha, na raça ibérica: religião e língua hispânica como os novos pilares da identidade argentina. Elementos veementemente combatidos ao longo do processo modernizador. Motivada pela crise, a Argentina buscar retomar alguns valores que ao longo de um grande período de sua história haviam sido negados.

NOTAS

1

Para um maior conhecimento acerca da realidade da região platina, anterior aos processos de independência, consultar: ACEVEDO, Edberto Oscar. *La Independência de Argentina*. Madrid: Mapfre, 1992, pp. 15-42.

2

PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1987, p.36.

3

Ibid, p.37.

4

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: Volume III: Da regência à queda de Rosas*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1989, p. 163.

5

SARMIENTO, Domingos F. Facundo. *Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 45-46.

6

PRADO, Maria Ligia. *Op. cit.*, p.40.

7 Trecho de documento citado em E. GALLO. A Argentina: Sociedade e Política, 1880-1916. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. São Paulo, 2002, vol. V, p.510.

8 Trecho de discurso do Presidente Avellaneda citado em: *Ibid*, p.510.

9 Trecho de discurso de Osvaldo Magnasco citado em: *Ibidem*, p.528.

10 Apud R.C. CONDE. O crescimento da economia argentina, 1870-1914. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*, *op. cit.*, p.482.

11 Trecho do discurso do Presidente Roca citado em: E. GALLO, *op. cit.*, pp.535-536.

12 *Ibid*, p.524.

13 LEDEZMA MENESES, Gerson G. Festa e *forças profundas* na comemoração do Primeiro Centenário da Independência na América Latina (Estudos Comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina) Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UnB. Brasília, 2000.pp.25-26.

14 *Ibid*, p.28.